

## EDUCAÇÃO FÍSICA, MEIO AMBIENTE E AVENTURA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS<sup>1</sup>

Alcyane Marinho<sup>1</sup>

Humberto Luís de Deus Inácio<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Florianópolis (SC)  
Laboratório de Estudos do Lazer (LEL), UNESP - Rio Claro (SP)

<sup>2</sup> Dep. de Educação Física - Universidade Federal do Paraná (UFPR)

### RESUMO

*Investigações sobre as relações Educação Física - Meio Ambiente são recentes. Objetivando contribuir com este debate, apresentamos reflexões que extrapolam a compreensão das atividades de aventura como mero processo esportivo formal ou parcela de mercado de trabalho exclusiva e, por isso mesmo, excludente. Apontamos como fértil a relação seres humanos - natureza mediada pela aventura, o que nos permite ressaltar a Educação Física como um campo do conhecimento que ocupa posição privilegiada para as mais diversas intervenções neste segmento em plena emergência. Neste contexto, buscamos aproximações com outros saberes e áreas do conhecimento, destacando o importante papel da educação ambiental.*

### ABSTRACT

*Inquiries on the relations Physical Education - Environment are new and, with the proposal to contribute in this discussion, this paper presents reflections that surpass the understanding of the adventure activities as simple formal sport process or exclusive parcel of work market. We understand the relation human beings - nature mediated for adventure as fertile, what in it allows them to stand out the Physical Education as a privileged knowledge field for the most diverse interventions in this segment. In this context, interfaces with other areas and types of knowledge, endorsed for the environmental education, equally are required.*

### RESUMEN

*Investigaciones sobre las relaciones Educación Física - Medio Ambiente son muy recientes. Contribuyendo con este debate, presentamos reflexiones las cuales se van a más que la comprensión de la actividad de aventura como uno sencillo proceso deportivo formal o porción del mercado de trabajo exclusiva. Apuntamos ser fértil la relación seres humanos - naturaleza, mediatizada por la aventura, lo que permítenos destacar la Educación Física como un campo privilegiado del conocimiento para las muchas y diversas intervenciones en este segmento. En esto contexto, dialogamos con diversos saber(es) y áreas do conocimiento, destacando la Educación Ambiental.*

### INTRODUÇÃO

A compreensão dos problemas socioambientais é uma construção social, situada em uma variedade de experiências. Hannigan (1995), aponta na direção de um construcionismo social, o qual engloba os sistemas produtivo e político, além das relações

---

<sup>1</sup> Este trabalho apresenta reflexões contidas no artigo submetido a RBCE (e aceito em dezembro de 2006), o qual poderá ser lido na íntegra em Marinho e Inácio (2007, no prelo).

sociais e da própria cultura. Os problemas socioambientais, assim como em outros sistemas, acabam por seguir uma divisão internacional, apresentando-se mais severamente nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

Mas é importante admitir que “a ação antrópica não constitui o único fator de desequilíbrio de uma suposta harmonia natural da biosfera” (VIEIRA; WEBER, 1997, p.24). A compreensão deste processo, sustentado pelo ecossistemismo, ajuda a perceber que a ação antrópica pode ser nociva ou benéfica, dependendo de variáveis espaciais, temporais, culturais, religiosas, econômicas, etc. Isto ressalta a importância em discutir a relação entre ser humano e natureza; no caso deste texto, mediada pelas atividades de aventura.

A sociedade, particularmente ao re-valorizar as paisagens naturais - agora na direção de um aproveitamento econômico pela exploração turística - constrói um novo modelo perceptivo em relação ao meio e lhe impõe novas territorialidades. Segundo Luchiari (2000), é na emergência dos territórios que a sociedade mediatiza suas relações com a natureza e lhe atribui um valor, uma representação e um controle sobre as paisagens que os seres humanos disputam em um campo relacional de poder.<sup>2</sup>

Contraditoriamente, o processo de produção de paisagens urbanas em regiões até então “esquecidas” foi acelerado e uma construção permanente do conceito de meio ambiente foi alimentado, ambos pela valorização estética das paisagens naturais. Este meio ambiente transformou-se no mito vendido pelo mercado e tomado pela sociedade como símbolo distintivo de consumo (LUCHIARI, 2000). A concepção tradicional de meio ambiente não gera nenhum re-encantamento da natureza, mas, sim, uma reorganização de territorialidades, como apresenta a autora. Esta concepção reflete a natureza como externalidade que poderá ser controlada; é esta a razão simbólica que se impõe na estetização das paisagens pelo consumo. Neste sentido, tal concepção é fundamental para a compreensão do mundo contemporâneo e, para tanto, não é viável o contentamento com os aspectos meramente visíveis da paisagem. Os seres humanos se apropriam da natureza de formas diversas; uma delas, como cenário, que é a forma usual no turismo.

Estudos sobre a relação seres humanos - natureza, mediada pelas atividades de aventura, negligenciam a natureza vista como um “recurso comum”, ou seja, algo que pertence a todos, ao mesmo tempo em que não pertence a ninguém. Apresentamos, de forma introdutória, esta discussão, oriunda da Sociologia Ambiental.

Para Berkes (2002), recursos comuns referem-se aos recursos que compartilham duas características básicas: exclusão ou controle do acesso e capacidade de cada usuário subtrair uma parcela daquilo que pertence a todos.

Na “Tragédia dos Comuns”, Hardin (1968) demonstra que o uso de recursos comuns pode levar a sua destruição quando geridos pelos usuários, sem um planejamento. Estudando o pastoreio de ovelhas na Escócia, o autor observou que os pastores entraram em um processo competitivo buscando espaços maiores para suas ovelhas; com isso, a vegetação, base da alimentação das ovelhas, extinguiu-se por seu uso incontrolado.

Para este autor, prevalece uma supervalorização do “eu” em detrimento dos “outros”, de formas egocêntrica e antropocêntrica, culminando no rápido declínio do bem-estar da sociedade. Isso se agrava diante da visão reducionista que crê na tecnologia como detentora das soluções para os problemas ambientais emergentes.

Berkes (2002) salienta que os recursos podem ser geridos de quatro formas: livre

---

<sup>2</sup> Na atualidade, o conceito de território é de suma importância para a discussão e compreensão dos processos socioambientais. O território pode ser entendido como um todo concreto, mas, dialeticamente, flexível, dinâmico e contraditório, repleto de possibilidades; constituindo-se na produção humana, a partir do uso dos recursos que dão condições à existência na Terra. O espaço é um destes recursos e sobre ele há um enorme desejo de dominação, sob diversas formas (SANTOS, 1997).

acesso; propriedade privada; propriedade estatal e propriedade comunal. Comumente, os recursos tendem a ser geridos por uma combinação de duas ou mais destas formas, as quais podem gerar inclusão ou exclusão dos grupos e/ou de indivíduos que façam parte desta dinâmica. No caso das atividades de aventura na natureza, seja pelo esporte, pelo turismo, pelo lazer ou de outras maneiras, pode-se vislumbrar evidências de exclusão e/ou de inclusão.

**Livre acesso:** quando os recursos são mantidos no regime de livre acesso, a tragédia dos comuns pode/deve acontecer. O resultado é a exclusão de todos pelo esgotamento do recurso. Assim, aponta-se o controle do acesso para que não haja o esgotamento.

Nas práticas corporais na natureza, quando o acesso é livre, muitas vezes, acontece um esgotamento indireto, ou seja, o recurso propriamente dito não se esgota (cachoeira, caverna, rio); mas, elementos constituintes do meio biofísico do entorno são destruídos e podem desaparecer, acarretando mudanças ecossistêmicas invisíveis no momento, mas cuja ausência, em longo prazo, será sentida por meio de outros efeitos.

Diversas atividades de aventura têm sido denunciadas por seu caráter degradante: veículos motorizados em regiões sensíveis, visitação acima da capacidade adaptativa dos locais, rastros na forma de lixo, equipamentos avariados/esquecidos, entre outras. O acesso livre amplia as possibilidades de degradação.

Por outro lado, o acesso livre permite que diversos “tipos” de usuários façam uso dos recursos. As diferenças sociais, econ micas, culturais não são exatamente obstáculos, ainda que não desapareçam, permitindo um acesso mais democrático e equitativo. No Brasil, o exemplo mais característico disto é a praia, onde se pode observar, nas mesmas porções de areia, pessoas de diversas origens. Apesar de muitas praias serem “privatizadas” por dinâmicas sutis, como, por exemplo, as cadeiras e guarda-sóis que um hotel de praia dispõe sobre uma faixa de praia.

**Propriedade privada:** os aspectos de exclusão são mais visíveis: os recursos estão nas mãos de alguns poucos impedindo o acesso de muitos; há dificuldade de fiscalização e controle para cumprir a legislação, bem como violação de direitos de propriedade privada por pessoas que não aceitam tal privatização como legítima. No uso de recursos naturais dispostos em propriedades privadas para as atividades de aventura, a cobrança em moeda, pelo acesso, constitui-se como fonte de exclusão.

Mas há casos de propriedades rurais, onde a abertura para o turismo/esporte de aventura gera uma receita externa não existente antes. Assim, ainda que alguns usuários paguem pelo acesso, os proprietários possibilitam um acesso inclusivo, seja permitindo o acesso em datas específicas para a população local, seja na disponibilidade para projetos escolares e científicos, e outros. Desta forma, a propriedade privada amplia o acesso aos recursos nela existentes. Via de regra, observa-se que o proprietário com esta visão inclusiva assume uma postura significativa de proteção e manutenção dos recursos ali existentes.<sup>3</sup>

**Propriedade comunal:** neste sistema, exclusão significa a capacidade de excluir elementos não pertencentes a grupos definidos, os quais teriam, por força de lei ou pela tradição, o direito de uso dos recursos. É o caso, por exemplo, de algumas faixas litorâneas onde apenas certas comunidades pesqueiras têm o direito de uso para sua atividade. Em termos de turismo, há regiões onde se formaram cooperativas ou associações comunitárias de exploração dos recursos, devidamente regidas por regras estabelecidas coletivamente. Assim, participar ou não, ser incluído ou excluído, depende da observância das regras.  

---

<sup>3</sup> Neste contexto, apenas por razões didáticas, não estamos diferenciando as pequenas das grandes propriedades; contudo, sabemos que não se pode analisar as dinâmicas socioambientais ligadas ao uso dos recursos comuns da mesma forma nestes casos.

ilustrativo o Projeto de Turismo Rural “Acolhida na Colônia”, em Santa Catarina. No caso do turismo/esporte de aventura, tem-se visto a formação de associações de guias e monitores, geralmente moradores locais, os quais, além do acesso aos recursos, são beneficiados com a geração de receita pela atividade turística. Outros exemplos são observados na Chapada dos Veadeiros (GO) e em Bonito (MT), onde além dos guias e monitores, também os moradores da região acedem, em datas previamente definidas pelo poder executivo local.

**Propriedade Estatal:** geralmente acontece quando os outros sistemas não garantem a devida proteção ao meio biofísico e aos recursos em questão. Mas este regime também não fornece garantias, especialmente se faltam meios para fazer cumprir a legislação. A exclusão é dada por regras definidas por leis e decretos, bem como a inclusão, quando devida.

No Brasil, há diversas formas de regulação das propriedades estatais. No caso dos recursos naturais, esta regulação está disposta no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e se dá por meio das áreas de proteção ambiental. As competições esportivas e o turismo de aventura realizados nestas áreas devem seguir as regras de uso e apropriação definidas por seus órgãos gestores. Atualmente, há várias frentes de trabalho na esfera federal, com contribuições da sociedade organizada, regulamentando estas atividades. Assim, Ministérios do Meio Ambiente<sup>4</sup>, do Turismo e do Esporte<sup>5</sup> vêm se empenhando nesta direção, algumas vezes conjuntamente, outras em ações unilaterais.

Ressaltamos que estas ações e políticas não se desenvolvem isoladamente, à margem de um contexto social amplo e contraditório, tal qual a sociedade brasileira. Da mesma forma, as práticas corporais de aventura na natureza não estão separadas dos contextos social, político e econômico, nos quais ocorrem. Enfatizamos a necessidade de observá-las em um contexto mais amplo, focando o “pano-de-fundo” sobre o qual se desenvolvem (INÁCIO et al., 2005).

Assim, refletir sobre o ambiente biofísico como algo que vai além de um cenário para as aventuras torna-se cada vez mais necessário. A Educação Física não pode se restringir a olhar tais práticas meramente como processos esportivos formais ou como uma parcela de mercado de trabalho exclusiva e, por isso mesmo, excludente.

## **AVENTURA: POSSIBILIDADE PARA A EMANCIPAÇÃO**

A busca pela aventura se caracteriza pela emergência histórica de imagens, valores, conhecimentos, metáforas e paradoxos intimamente atrelados à condição humana na sociedade contemporânea, os quais têm a singular capacidade de influenciar na vida social como um todo. Por isso é importante não negligenciar esse movimento que traduz os anseios, bem como as frustrações dos seres humanos. Por meio da aventura na natureza acontecem experiências, nunca antes imaginadas: descer corredeiras de rios em botes infláveis ou cachoeiras por meio de cordas, explorar cavernas ou enfrentar obstáculos em trilhas no meio de florestas. Estas atividades abrangem emoções e sentimentos que extrapolam suas formas e conteúdos, pois se relacionam a rituais, mitos, temores, bem como a imagens de aventura, de risco, de ousadia, de distinção, estilo de vida e outros.

Neste contexto, acreditamos que novos olhares e significados regem a contemporaneidade, demarcando outras emergências, as quais, por um lado, apontam para

---

<sup>4</sup> As “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” foram recentemente criadas pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2006).

<sup>5</sup> Na Comissão de Esportes de Aventura do Ministério do Esporte, o CBCE está representado na pelos professores associados Alcyane Marinho e Humberto Luís de Deus Inácio.

um profundo empobrecimento humano, mas, por outro, dão pistas de relações pautadas na ética e no respeito à vida. Mais ainda, ao serem recuperados os significados essenciais de lazer, esporte e turismo, os mesmos, se atrelados ao comprometimento com a preservação da natureza, podem ser capazes de oportunizar novos sentidos à vida humana, mais sensíveis e afetuosos (MARINHO, 2006).

As atividades de aventura na natureza permitem certo afastamento de expressões céticas e individualistas que permeiam o cotidiano urbano, através de relações humanas mais diretas e intensas, agregando doses de aventura. Tais práticas são “recheadas” de experiências estéticas e de relações de “composição” (SANT’ANNA, 1999), podendo levar o praticante a um nível de consciência importante sobre diversas relações humanas (sociais, ambientais, etc.).

Estas atividades permitem um distanciamento espaço-temporal das experiências cotidianas, inclusive as sensoriais e motoras, ampliando as possibilidades de autoconhecimento e de mudanças de hábito em diversas dimensões.

Igualmente reiteramos que as atividades de aventura na natureza não devem ser entendidas como “remédio para todos os males”, pois valores e competências nelas manifestados não se reproduzem, necessariamente. Contudo, entendemos o “fenômeno da aventura” como uma oportunidade significativa para a vivência de emoções e sensações que podem ser capazes de contribuir para mudanças de comportamentos e atitudes, atreladas às demais esferas da vida humana. Com isto, vislumbra-se uma possibilidade de os seres humanos estabelecerem uma relação com a natureza diferenciada desta que vem sendo empreendida na vida contemporânea.

Entender como fértil a relação entre seres humanos e natureza por meio da aventura, permite-nos aproximar esta discussão à Educação Física, vista como campo do conhecimento privilegiado para as mais diversas intervenções neste segmento em plena emergência.

A associação do lazer, do esporte e do turismo à natureza não é nova; porém, as formas mais recorrentes como têm ocorrido parecem despertar novos e instigantes olhares: da Educação Física, do Turismo, da Educação, da Ecologia, entre outros (MARINHO, 2004).

A crescente demanda, vislumbrando diferentes espaços de atuação, exige uma nova postura profissional; capaz de corresponder, qualitativamente, ao interesse dos envolvidos, dando vigor à potencialidade das atividades de aventura na natureza. Schwartz et al. (2005) indicam que esta nova postura exige, antes de tudo, um compromisso ético, mas que ações efetivas na direção deste compromisso ainda são bastante sutis.

Além do compromisso com este debate, devemos estar atentos para sua urgência. Estas atividades têm sido abordadas timidamente em cursos de formação, mas são assimiladas vorazmente pelo mercado do lazer, assumindo características predatórias, como já alertava Jacobi (1998). Este autor enfatiza que, tendo em vista a banalização dos locais e a produção de efeitos destrutivos e desagregadores dos meios social e natural, é necessário estarmos alertas ao discurso do desenvolvimento econômico, o qual, muitas vezes, é superior em valor ao papel essencial do espaço natural, conduzindo ao turismo predatório.

Também observamos que as atividades instituídas em sociedades de ordem socioeconômica capitalista acabam se subsumindo às lógicas do mercado e do utilitarismo. Sob esta perspectiva, afastam-se de interesses atrelados à cidadania e à emancipação humanas ampliando o mercado destas práticas (INÁCIO et al. 2005; MASCARENHAS, 2004).

A partir dessas premissas, enfatizamos a importância de focar a reflexão sobre as relações entre a Educação Física e o meio ambiente. Iniciativas como esta apontam para

um estreitamento significativo desta relação por meio do lazer. Também, é preciso assinalar um debate sobre estas atividades de aventura como conteúdo da formação profissional e da Educação Física Escolar. Nesta perspectiva, seguimos as discussões com foco nas contribuições da Educação Física a este movimento de re-encontro dos seres humanos com a natureza.

Marinho e Seabra (2002) mostram que vários estudos apresentam aspectos referentes à reaproximação dos seres humanos à natureza, contextualizando as atividades de aventura na contemporaneidade e questionando impactos e potencialidades; contudo, os autores detectaram que poucos discutem a formação profissional necessária, assumida e almejada em tais práticas. Tal fato se justifica, primeiramente, pela atualidade do tema e, também, pela falta de familiaridade com questões que, diferentemente do que se pensava, conquistam o espaço e a atenção devidos, desmistificando o estereótipo de “modismo”.

Para estes autores, uma vez aceita a inclusão de novos conteúdos em cursos de graduação, para a formação dos profissionais que trabalham com atividades de aventura, será possível a visualização de práticas mais qualitativas que contribuam para a formação de cidadãos mais sensíveis e atentos às questões que se referem à natureza.

No entender de Betrán e Betrán (2006), as atividades de aventura na natureza como práticas constituintes do projeto da Educação Física subsidiam novos padrões motores desenvolvidos em contato com a natureza, possibilitando diversos contextos ambientais; bem como, proporcionam um entorno com altos níveis de incerteza motora, oportunizando a manifestação de diferentes situações emocionais em inúmeras circunstâncias (estresse, dificuldade, risco). Os autores enfatizam que tais atividades favorecem a conscientização e a sensibilização do aluno para com o meio natural e seus problemas, promovendo uma educação ambiental baseada no conhecimento das características dos ecossistemas utilizados, no contexto sociocultural a que pertencem e na utilização responsável dos recursos materiais e tecnológicos que promovem o deslizamento controlado pelo ar, água e terra. Mais ainda, tratadas pedagógica e didaticamente, podem ajudar na tarefa de educar alunos por meio de um processo interdisciplinar.

Nesta mesma perspectiva, Marinho (2004) enfatiza que a Educação Física pode, a partir da experiência na natureza (longe das quadras, dos ginásios, das piscinas, etc.), potencializar estratégias de ação para desenvolver, nos alunos, habilidades motoras, capacidades físicas. Esta autora reflete sobre os conteúdos dos cursos de formação em que as atividades na natureza possam ser inseridas, privilegiando esta nova demanda relacionada ao lazer e à natureza. O estudo das atividades de aventura na natureza não seria apenas uma forma de oportunizar uma mudança de *locus*, com fins de entretenimento (o que também é válido): seria uma forma de valorizar uma temática em emergência e de extrema importância para diferentes profissionais, demarcando novas possibilidades no mercado de trabalho e, mais ainda, evidenciando tais práticas como valiosas oportunidades para mudanças de comportamentos, atitudes e valores.

É interessante que, nestes apontamentos, tem-se registrado não apenas a necessidade de inclusão de tal fenômeno na Educação Física Escolar e nos cursos de formação, mas de que haja um projeto interdisciplinar, com a indispensável inclusão de saberes tradicionais, ampliando e enriquecendo a formação de novos cidadãos na direção do compromisso ético já citado.

Acreditamos que é o “conhecimento” que pode ou não nos remeter a um comportamento ético, pois conhecimento é poder e o uso deste poder requer também um engajamento ético, sem o que caímos em mais uma das muitas formas de dominação, seja da natureza, seja de outros seres. Assim, além dos conhecimentos acadêmicos (equipamentos, técnicas, conhecimentos básicos de fisiologia, biomecânica, didática, etc.),

há que produzir nos cursos de formação um outro saber, partilhado, solidário, transformador.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS: NA AVENTURA, O FIM SIGNIFICA O RECOMEÇO**

Refletir sobre o meio ambiente, estabelecendo interfaces com a Educação Física, vislumbrando possibilidades de atuação profissional, remete-nos a Santos (2001, p.40-41) ao evocar uma necessária “ressurreição da idéia e da prática da solidariedade”, a qual estaria atrelada a um processo de tomada de consciência que, por sua vez, não é homogêneo.

De acordo com o autor, é diferente a velocidade com que cada indivíduo se apropria de verdades contidas na história, bem como a profundidade e a coerência de tal apropriação. O primeiro passo é a descoberta individual, ainda que possa ser penosa diante das resistências existentes nesse novo modo de pensar. O segundo passo é a aquisição de uma visão sistêmica, ou seja, a possibilidade de visualizar as situações e as causas atuantes como conjuntos, localizando-os como um todo, interdependentes. O autor mostra que é a partir dessa visão sistêmica que se encontram, interpenetram e completam as visões de mundo e de lugar, permitindo compreender como cada lugar, cada coisa, pessoa e relação dependem do mundo.

A partir de então nos muniríamos de uma visão crítica da história, na qual somos atores, incluindo uma apreciação filosófica de nossa própria condição diante da comunidade, da nação, do planeta e de nosso papel como atores. Com isso, inclusive por meio da própria noção do que é ser um consumidor, seria possível atingir a idéia de ser humano integral e de cidadão. Essa revalorização radical dos indivíduos contribuirá para a renovação qualitativa da espécie humana, servindo de base para uma outra civilização.

Conforme Santos (2001, p.74), a mutação tecnológica se dá com a emergência das técnicas da informação, as quais são “constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis, adaptáveis a todos os meios e culturas, ainda que seu uso perverso atual seja subordinado aos interesses dos grandes capitais”. No entanto, o autor enfatiza que, quando sua utilização passar a ser democratizada, essas “técnicas doces” estarão ao devido serviço dos seres humanos. Por sua vez, a mutação filosófica é a única capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada um de nós e de todo o planeta.

Compartilhamos destas idéias de Santos (2001) e reiteramos que tais reflexões indicam que uma educação que se pretende inovadora e qualitativa, seja para o corpo, o ambiente, o lazer, o turismo ou para o esporte, precisa estar atenta às necessárias mudanças apontadas; especialmente, em sintonia com as diferentes áreas do saber humano, agregando diferentes conhecimentos, visões de mundo, interesses e necessidades.

Apresentamos, neste texto, alguns estudos que, já há algum tempo, vêm discutindo os significados e as possibilidades transformadoras das experiências junto à natureza. Mais que nunca, amplia-se a idéia de que a natureza - externalizada como cenário ou paisagem das atividades de aventura - também age, interage, expressa-se, movimenta-se, transforma e é transformada. Os seres humanos não são os “senhores” desta transformação: “a via é de mão dupla”, sistêmica, dinâmica.

Assumir um compromisso ético com a natureza significa sentir-se parte da mesma; enxergando-se a si mesmo nela e a ela em si. Este seria um “olhar que não aliena”.

A Educação Física brasileira vem apontando há alguns anos as possibilidades de experiência junto à natureza. De lá para cá, outros investigadores, fundamentados, em sua maioria, na opção dialética, apontam a relação seres humanos - natureza por meio das

atividades de aventura como um espaço-tempo significativamente privilegiado para uma transformação do sujeito, da sociedade e das relações.

Precisamos nos distanciar das dinâmicas perversas que apenas associam as atividades de aventura a alguma experiência no meio natural; temos que assumir uma “lógica ecológica”, a qual, por sua vez, deve se mostrar solidária, conservacionista, democrática e dialógica.

## REFERÊNCIAS

BERKES, F. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. *Tradução mimeo*. 2002.

BETRÁN, Javier O.; BETRÁN, Alberto O. Proposta pedagógica para as atividades físicas de aventura na natureza (AFAN) na Educação Física no ensino médio. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa T. (Orgs.). *Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza*. São Paulo: Manole, 2006, p.180-210.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de áreas protegidas. Brasília (DF). *Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação*, 2006.

HARDIN, Garrett. The Tragedy of the commons. *Science*. v.162, p.1243-48, 1968.

INACIO, Humberto L. D. et al. Bastidores das práticas de aventura na natureza. In: SILVA, Ana M.; DAMIANI, Iara R. (Orgs.). *Práticas corporais: experiências em Educação Física para outra formação humana*. Florianópolis (SC): Nauemblu Ciência e Arte, 2005, v.3, p.69-87.

JACOBI, Pedro. Lazer, ambiente e cidadania. *Debates Socioambientais*, ano III, n.9, p.1-4, mar/abr/mai/jun, 1998.

LUCHIARI, Maria T.D.P. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. *Turismo em Análise - Revista do Dep. de Relações Públicas, Propaganda e Turismo (ECA/Escola de Comunicações e Artes da USP)*, v.11, n.1, maio, 2000.

MARINHO, Alcyane; INÁCIO, Humberto L. D. Educação Física, meio ambiente e aventura: um percurso por vias instigantes. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas (SP): Autores Associados, v.28, n.3, 2007 (no prelo).

MARINHO, Alcyane. Atividades na natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades. *Motrivivência - Revista de Educação Física, Esporte e Lazer*. Florianópolis (SC): Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física, ano XVI, n22, p.47-69, jun, 2004.

MARINHO, Alcyane. Lazer, natureza, viagens e aventuras: novos referentes. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa T. (Orgs.). *Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza*. São Paulo: Manole, 2006, p.1-26.

MARINHO, Alcyane; SEABRA, Luiz F. Atividades de aventura e formação profissional. In: 14º ENAREL - Encontro Nacional de Recreação e Lazer. *Anais...* Santa Cruz do Sul (RS), 2002.

MASCARENHAS, Fernando. Lazer como prática da liberdade. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

SANT'ANNA, Denise B. Passagens para condutas éticas na vida cotidiana. *Revista Margem*. São Paulo: PUC/EDU, 1999.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço - técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6<sup>a</sup>.ed., Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SCHWARTZ, Gisele M. et al. Atividades de aventura na natureza: reflexões sobre lazer, turismo e ética. In: XVII ENAREL - Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 2005, Campo Grande (MS). *Anais..* Campo Grande (MS): UCDB, 2005.

VIEIRA, Paulo H. F.; WEBER, Jacques. *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 1997.

Endereços para correspondência:

Alcyane Marinho

Rua João Pio Duarte Silva, 114, ap.: 406 Bloco B - Edifício Villa Vitória  
Bairro Córrego Grande - CEP: 88037-000 - Florianópolis (SC)  
Tel.: (48) 32268380 - E-mail: [alcyane.marinho@hotmail.com](mailto:alcyane.marinho@hotmail.com)

Humberto Luís de Deus Inácio

Rua João Pio do Valle Pereira, 183  
Bairro João Paulo – CEP: 88030-370 – Florianópolis (SC)  
Tel.: (48) 84290381 – E-mail: [humberto@ufpr.br](mailto:humberto@ufpr.br)